



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais**

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN. Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

	<b>2025</b>
Caixa e saldos em bancos	4.196
<b>Total</b>	<b>4.196</b>

**4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	<b>2025</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.029
<b>Total - Circulante</b>	<b>11.029</b>

**5. Outros créditos**

	<b>2025</b>
Ativos fiscais correntes	717
Devedores diversos – País (i)	1.295
<b>Total</b>	<b>2.012</b>
<b>Circulante</b>	<b>717</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.295</b>

(i) O saldo de devedores diversos refere-se, basicamente, a bloqueios judiciais.

**6. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações**

**(a) Provisão e obrigações fiscais**

	<b>2025</b>
Provisão para pagamentos a efetuar	107
<b>Provisões</b>	<b>107</b>
Correntes	595
<b>Obrigações fiscais</b>	<b>595</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>702</b>

**(b) Outras obrigações**

	<b>2025</b>
Sociais e estatutárias	2.071
Credores diversos	6
<b>Total - Circulante</b>	<b>2.077</b>

**7. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$14.000, representado por 279.000 (duzentas e setenta e nove mil) ações, sem valor nominal, todas nominativas, sendo 139.500 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias e 139.500 (cento e trinta e nove mil e quinhentas) ações preferenciais.

Em 22 de setembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$7.000, mediante capitalização de reservas de lucros e sem emissão de novas ações. A operação foi homologada pelo BACEN em 01/11/2025.

Não houve movimentação na quantidade de ações no exercício.

**(b) Reservas**

**Reservas de lucros:**

- **Legal:** É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

**(c) Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído o montante de R\$779 a título de dividendos (R\$4,43 por ação), cujo pagamento será definido e deliberado em Assembleia de acionistas.

**8. Resultado de operações com aplicações interfinanceiras de liquidez**

	<b>2º Semestre 2025</b>	<b>2025</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	833	1.502
<b>Total</b>	<b>833</b>	<b>1.502</b>

**9. Outras despesas administrativas**

	<b>2º Semestre 2025</b>	<b>2025</b>
Marketing	(8)	(24)
Processamento de dados	-	(2)
Serviços técnicos especializados	(21)	(44)
Serviços do sistema financeiro	-	(1)
Outras despesas administrativas	(24)	(27)
<b>Total</b>	<b>(53)</b>	<b>(98)</b>

**10. Outras receitas e despesas operacionais**

	<b>2º Semestre 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Recuperação de encargos e despesas	6	174
Atualização monetária sobre tributos	8	270
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>14</b>	<b>444</b>

**11. Imposto de renda e contribuição social**

**(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado**

	<b>2025</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e após as participações</b>	<b>1.832</b>
<b>Devidos sobre operações do período</b>	
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(824)
<b>Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>	
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	229
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(595)</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(595)</b>

**12. Partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) aprovado pelo Comitê Monetário Nacional. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais com as demais operações da DTVM.

**(a) Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>
<b>Partes Relacionadas</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>Disponibilidades</b>		
Banco BMG S.A.	2.035	-
Banco BMG Consignado S.A.	2.056	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de liquidez</b>		
Banco BMG S.A.	11.029	1.502
<b>Obrigações sociais e estatutárias</b>		
Banco BMG S.A.	(2.071)	-

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos.

**(b) Outros benefícios**

A DTVM não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

**13. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital**

**Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital**

Os acionistas e administradores do Conglomerado Bmg, do qual a DTVM é parte integrante, consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno.

Por isso, com o intuito de obter sinergia no processo de gerenciamento de riscos, a gestão de todas as Instituições do Conglomerado é feita de forma integrada. O Banco Bmg destaca a Diretoria de Finanças e Riscos que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional, a Superintendência de Riscos e PLDFT do Banco Bmg, é a estrutura que trata de todas as necessidades do gerenciamento de riscos, em toda a organização, de maneira estruturada e comum, de modo que seja possível medir, agregar e estimar o relacionamento dessas informações em uma base corporativa.

O Conglomerado Bmg, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

**I - Risco de Crédito** – As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteger o Banco de perdas decorrentes de operações de crédito, o Banco constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação.

**II - Risco de Liquidez** – A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do Banco estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

**III - Risco de Mercado** – O Conglomerado Bmg emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

**IV - Risco Operacional** – O Conglomerado Bmg adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a mitigação de riscos, e a maximização da eficiência no uso do capital.

**V – Risco Social, Ambiental & Climático** – O Conglomerado Bmg entende que o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é uma das diretrizes essenciais ao cumprimento dos princípios de responsabilidade de natureza social, ambiental e climática orientadores dos negócios do grupo. As práticas de gestão visam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático à que o Conglomerado está exposto em operações, atividades, negócios, produtos, investimentos e relacionamento com partes interessadas.

A integra da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bancobmg.com.br/RI/>).

**Carlos Andre Hermesindo da Silva**  
(Diretor de Controladoria e Finanças)

**Marco Antonio Antunes**  
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

**Emerson Jezuino Teodoro Silvestre**  
CRC - 1SP183479/O-1  
(Contador Responsável)

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“DTVM”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Informações comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota 2.2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da DTVM é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DTVM.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DTVM. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2026

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP000160/O-5

**Fábio de Oliveira Araújo**  
Contador  
CRC 1SP241313/O-3



[https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade\\_legal/bmg-s-a-distribuidora-de-titulos-e-valores-mobiliarios-balanco-patrimonial-em-31-de-dezembro/](https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/bmg-s-a-distribuidora-de-titulos-e-valores-mobiliarios-balanco-patrimonial-em-31-de-dezembro/)

